
A QUESTÃO DO LÚDICO DENTRO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

THE QUESTION OF PLAY FOR THE WORK OF PEDAGOGY

Andreia Maria Silva da Conceição 27
Gilson Xavier de Azevedo 28

RESUMO

Desde o início da humanidade, os jogos, brinquedos e brincadeiras fazem parte do mundo da criança. O presente artigo aborda a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem demonstrando que as atividades lúdicas são indispensáveis para o desenvolvimento sadio e para a apreensão dos conhecimentos da criança, uma vez que possibilita o desenvolvimento da percepção, da imaginação, da fantasia e dos sentimentos. A Pedagogia e a psicopedagogia estudam e lidam com o processo de aprendizagem e dificuldades atuando numa linha preventiva e terapêutica. Por meio das atividades lúdicas, a criança comunica-se consigo mesma e com o mundo, aceita a existência dos outros, estabelece relações sociais, constrói conhecimentos, desenvolvendo-se integralmente. Dessa maneira, é ressaltado o lúdico como forma de aprendizagem no contexto escolar, onde o aprender se torna prazeroso à medida que a criança se sente estimulada por meio das brincadeiras espontâneas e direcionadas pelos educadores durante as atividades escolares.

Palavras-chave: Importância do lúdico, contribuição para aprendizagem, o papel da pedagogia e da psicopedagogia.

ABSTRACT

Since the beginning of mankind, games, toys and games are part of the child's world. This article discusses the importance of playfulness in the teaching- learning process by demonstrating that recreational activities are essential to healthy development and the seizure of the child's knowledge, since it enables the development of perception, of imagination, of fantasy and feelings. The Pedagogy and psychopedagogy studies and deals with the process of learning difficulties and acting in a preventive and therapeutic line. Through fun activities, the child communicates with itself and the world, accepts the existence of the other, establishing social relationships, builds knowledge, developing fully. Thus, the play is emphasized as a means of learning in the school context, where learning becomes enjoyable as the child feels stimulated by the spontaneous play and directed by teachers during school activities.

Key-words: Importance of playfulness, contribution to learning, the role of educational the Pedagogy at psychology.

²⁷ Graduando em Pedagogia pela UEG UAB CEAR 2021 (andreiamarias2002@gmail.com).

²⁸ (Orientador) Graduado em Filosofia pela FAEME (2007), Ph.D. em Educação pela PUC GO (2020) (gilson.azevedo@ueg.br).

INTRODUÇÃO

Sabendo que a Educação Infantil deve ser um espaço que contribui para a formação de indivíduos críticos, reflexivos, transformadores de si mesmos e da sociedade, os jogos e as brincadeiras, quando aplicadas à aprendizagem, vêm propiciar diferentes formas de expressão, descobertas e experiências. Por meio do lúdico, serão trabalhados todos os aspectos: sociais, emocionais, psicomotores e cognitivos, pois visam o desenvolvimento integral da criança.

A Pedagogia e a Psicopedagogia são campos que possuem várias atuações voltadas para a saúde e para a educação; ambas lidam com os conhecimentos, suas ampliações, aquisições, distorções, diferenças e desenvolvimentos por meio de múltiplos processos e estratégias, considerando sempre a individualidade do que vai aprender. Está comprometida com a melhoria das condições de aprendizagem, revelando sempre as condições pessoais de quem adquire conhecimento.

A intervenção da pedagogia e a psicopedagogia são sempre de ordens do conhecimento, do raciocínio, do enfrentamento das contradições, da interação social, do jogo e do teatro com uma alegoria do pensar e, na maioria dos casos, relacionada com o processo de escolarização.

Nas diferentes abordagens dos problemas de aprendizagem, destacam-se, dentre outras, as contribuições de Ferreiro (1985-1986) que, partindo da teoria piagetiana, busca novos caminhos para o entendimento da construção da aprendizagem da leitura e da escrita e redimensiona a concepção de problemas de aprendizagem ao considerar muitos dos erros frequentemente cometidos na produção oral e escrita como hipóteses que a criança elabora na construção do próprio conhecimento.

A escolha do tema justifica-se pela percepção da necessidade de mudança no âmbito educacional, apesar dos projetos, os resultados são insatisfatórios. Nesse sentido é importante investigar de que maneira as atividades lúdicas auxiliam na atuação do pedagogo e do psicopedagogo para amenizar as dificuldades de aprendizagens, os instrumentos utilizados e como as crianças com dificuldades aprendem com a aplicação dos métodos lúdicos? O estudo se realizará por meio da revisão de textos existentes no Brasil acerca do tema. A pesquisa objetivou por ser de análise qualitativa das fontes, onde o método de estudo utilizado foi o dedutivo, optando-se pela pesquisa documental.

Para Luckesi (2000), ludicidade é um estado interno do sujeito que vivencia uma experiência de forma plena, ou seja, esses momentos exigem entrega total do ser humano com a máxima expressão possível da não divisão entre pensar, sentir e fazer. Segundo ele, a

ludicidade não está diretamente relacionada a jogos e brincadeiras, embora nestas atividades comumente se vislumbre a ludicidade como brincar, sendo que nosso corpo, nossa mente e nossa emoção estão presentes no momento em que as está vivenciando. A ludicidade está relacionada à atitude interna do indivíduo que experimenta a

Quando a criança se envolve, ela consegue aprender com mais facilidade, e por meio do lúdico pode-se trabalhar aspectos sociais, emocionais, psicomotores e cognitivos visando o desenvolvimento integral da criança. Dessa forma pode-se ver a ludicidade como uma ferramenta que está comprometida com a melhoria das condições de aprendizagem.

Tendo em vista que ensinar é uma arte, que exige muito do professor, utilizar ferramentas para facilitar o processo ensino-aprendizagem tornou-se necessário; a ludicidade vem sendo estudada por muitos autores e tem sido observados excelentes resultados, por isso conhecer e divulgar essa ferramenta é extremamente importante.

O tópico 1 irá abordar o conceito da ludicidade na educação, onde trata-se de uma tentativa de apontar para uma questão de suma relevância para a sociedade em geral: a urgência de um investimento no sentido de ampliar a compreensão da ludicidade, reconhecendo sua validade como possibilidade de uma vivência mais plena em todos os âmbitos da convivência humana, seja na família, no trabalho, nos círculos de amizade ou na escola. E apontando ainda a questão da ludicidade na Educação Infantil, seu conceito e importância para a educação de crianças e aprofundando em seus conceitos básicos.

O tópico 2 irá abordar o lúdico no RCNEI e na BNCC. Onde a ludicidade é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e, possivelmente por isso, a brincadeira tem sido uma questão bastante discutida por diversos teóricos, tais como Tizuko Kishimoto, Sanny Rosa, Brougère, D. W. Winnicott, dentre outros. A discussão do tema já é ampla e, atualmente, o ato de brincar é estudado por diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, Pedagogia, Psicologia, Filosofia, História, entre outras. Sua importância na educação é inquestionável.

A ludicidade também realiza a intersecção das experiências pessoais com as do outro. Vive-se num mundo de relações e, por isto, realiza-se atividades com outras pessoas. E o que se vivencia com as outras pessoas, o que se aprende por meio da troca de conhecimentos, sentimentos etc., se revela nas nossas vivências. E nesse processo busca-se: amadurecer, crescer e progredir. Ao realizar uma atividade muita coisa, em dimensões subjetivas pode estar acontecendo. Além desse processo, que se dá no próprio indivíduo, acontecem aqueles decorrentes das relações com outras crianças ou adultos, reatualizando aprendizados realizados anteriormente com outras pessoas. É a partir da realização dessa atividade lúdica que acontece

o transitar entre a objetividade da ação e a subjetividade do ser; entre o presente, passado e futuro, integrando, no aqui e no agora, as dimensões emocionais, física, mental; integrando o ser, o viver, o sentir e o aprender.

O educador precisa olhar para a criança, respeitando sua individualidade, considerando a singularidade do seu jeito de expressar seus sentimentos, de experimentar e vivenciar as atividades que lhe são propostas, enfim, sua maneira peculiar de estar no mundo. É relevante também compreender que o jeito de ser de cada criança está relacionado a questões familiares, sua cultura, suas características pessoais. Portanto, uma criança pode manifestar reações de satisfação ou de contrariedade, alegria ou tristeza, diferentemente de outra. A partir desta avaliação, é possível direcionar as atividades de modo que elas sejam mais lúdicas quanto possível, respeitando o direito da criança de expressar o seu sentimento, seu desejo, sua atitude, mesmo que não correspondam ao objetivo da proposta inicial do educador, mas que, possivelmente, atende a um objetivo seu, eventualmente inacessível ao nosso olhar naquele momento.

1 CONCEITO DE LÚDICO

O lúdico tem sua origem na palavra latina “ludus” que significa “jogo”. Se confinado à sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo. Para Luckesi, lúdicas são aquelas atividades que propiciam uma experiência de plenitude, em que nos envolve-se por inteiro, estando flexíveis e saudáveis.

Do ponto de vista educacional da palavra jogo pode ser definida de várias maneiras, segundo Antunes (2003, p. 17), “[...] essencialmente visam estimular o crescimento e aprendizagem, seriam mais bem definidos se afirmasse-se que representam relação interpessoal entre dois ou mais sujeitos realizado dentro de determinadas regras”.

O jogo é uma atividade que pode expressar ou gerar habilidades cognitivas gerais e específicas. Por meio dos jogos a criança pode reviver suas alegrias, medos, conflitos, internalizando regras de conduta e valores que orientarão seu comportamento, com uma proposta criativa e recreativa de caráter físico, mental e social. Tanto no âmbito pedagógico educacional e psicopedagógico tem-se utilizado os jogos como meios de conhecer a realidade do sujeito em si. Por meio dos jogos é possível observar os modos como as crianças manifestam suas criatividade, orientando-se para vários diagnósticos e as intervenções das dificuldades de aprendizagem de cada uma.

A ludicidade é uma atividade inerente aos seres humanos principalmente nos primeiros anos da vida, pois é nessa fase que as crianças se deparam com o novo e inesperado a cada

momento. A manifestação lúdica acontece por meio de jogos e brincadeiras que possibilitam às crianças experimentarem as mais variadas sensações tais como: o medo, a dor, a alegria, a tensão, o que é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psíquico de pessoas que se relacionam com o meio em que estão inseridos.

“[...] a criança desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio histórica dos adultos e do mundo por eles criado. Dessa forma, a brincadeira é uma atividade na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos adultos”. (WAJSKOP, 1995, p. 25).

Nesse sentido, as brincadeiras constituem um acervo da cultura infantil, que auxiliam a criança em seu processo de generalização e interação social. Para ele, a criança quando brinca entra em contato com a experiência sócio – histórica criada pelo seu meio social. Este contato vai possibilitar desenvolver sua imaginação, elaborar regras, organizar, categorizar e trocar experiência com o outro.

“As brincadeiras contribuem significativamente para a educação dos educandos, pois incentivam a aprendizagem, despertam os desejos, servem para todas as áreas de ensino além de ser de suma importância nas atividades pedagógicas. Conforme Freire (1996): Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos”. (FREIRE, 1996, p. 32).

“É na interação com as atividades que envolvem simbologia e brinquedos que o educando aprende a agir numa esfera cognitiva. Na visão do autor a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real, tanto pela vivência de uma situação imaginária, quanto pela capacidade de subordinação às regras”. (VYGOTSKY, 1984, p. 27).

Os jogos lúdicos oferecem condições do educando vivenciar situações-problemas, a partir do desenvolvimento de jogos planejados e livres que permitam à criança uma vivência às experiências com a lógica e o raciocínio e permitindo atividades físicas e mentais que favorecem a sociabilidade e estimulando as reações afetivas, cognitivas, sociais, morais, culturais e linguísticas.

O pedagogo e o psicopedagogo exercem um papel importante de observar os gestos, atitudes, comportamentos das crianças. Após esse momento de análise e sondagem, ambos precisam realizar as intervenções necessárias para que seja possível a conclusão de um resultado.

Um papel muito importante para o psicopedagogo é orientar educadores na identificação das dificuldades de aprendizagens. Possuindo como um dos instrumentos o lúdico,

que utiliza como metodologia os jogos e as brincadeiras, instigando assim, o saber dos educandos para exporem as dificuldades ou habilidades dos mesmos, para um melhor aprendizado.

Segundo Bossa (2000), a psicopedagogia tem um caráter preventivo e terapêutico, pois estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades. De maneira preventiva deve atuar não só no âmbito escolar, mas alcançar a família e a comunidade, esclarecendo sobre os diferentes passos de desenvolvimento, para que possam compreender e entender suas características evitando assim cobranças de atitudes ou pensamentos que não são próprios da idade.

O pedagogo e o psicopedagogo iniciam sua análise na família e no meio social em que vive. É no ambiente familiar que se dá início a vida escolar da criança, onde aprende as primeiras palavras e surgem as primeiras dificuldades. Devido as necessidades de trabalho e consequentemente por falta de “tempo” os pais transferem para a escola a responsabilidade de ensinar educando, se isentando de acompanhar o desenvolvimento do aprendiz, o que faz com que se agravem as dificuldades de aprendizagem, pois não há quem oriente fora do âmbito escolar. Sendo assim, o pedagogo e o psicopedagogo analisarão individualmente o aprendiz observando suas dificuldades e anseios.

Dentro de uma perspectiva psicopedagógica, o trabalho com as famílias pode ser considerado fundamental e indispensável para modificar as atitudes de alguns educandos, mas, mesmo assim, esse trabalho somente se constituirá em uma das partes do diagnóstico, já que ele estará centralizado, principalmente, no conhecimento e na modificação da situação escolar. (BASSEDAS et al., 1996).

De acordo com Rubinstein (1996) o psicopedagogo poderá atuar em escolas e empresas (psicopedagogia institucional), na clínica (psicopedagogia clínica). Por meio do diagnóstico clínico, irá identificar as causas dos problemas de aprendizagem.

Fermino, Boruchovith e Diehl (apud FELDMANN, 2011, p. 1) afirmam que: “[...] as evidências sugerem que um grande número de educandos possui características que requerem atenção educacional diferenciada”. Para tais casos, será necessário o acompanhamento psicopedagógico para orientar o trabalho de conhecimento, da fase em que se encontra cada educando, indicando assim, o material lúdico para a utilização em cada caso.

Muitas vezes, a criança não consegue falar sobre suas dificuldades e problemas e por meio de recursos como o desenho, histórias, brinquedos e brincadeiras o pedagogo e o psicopedagogo poderão perceber as causas e os motivos das dificuldades. É por meio dos jogos que a criança adquire maturidade, aprende a ter limites, aprende a ganhar e a perder desenvolve o raciocínio, aprende a se concentrar e adquire mais atenção. Além de adquirir conhecimentos

e habilidades, como a expressão corporal, estímulo a iniciativa, a conviver com suas emoções, medo, ansiedade, alegria entre outras características.

Como afirma Freitas (2009, p. 1): “[...] jogar e aprender caminha paralelamente na Psicopedagogia e, possibilitando, por meio da hora lúdica ou hora do jogo, observar prazeres, frustrações, desejos, enfim, pode-se trabalhar com o erro e articular a construção do conhecimento”.

Em algumas vezes, o pedagogo e o psicopedagogo solicitarão as tarefas escolares, observando cadernos, a organização e possíveis erros, ajudando-o a compreender estes erros. Dará a criança ou adolescentes dicas de como encontrar a melhor forma de estudar, de maneira que ocorra a aprendizagem, organizando, assim, o seu modelo de aprendizagem. Sendo assim, o pedagogo e o psicopedagogo deverão se atentar à idade e capacidade de cada criança, deixando a disposição dos mesmos objetos adequados. Os profissionais deverão estimular a criança a escolher um objeto, analisando e logo após, expor os motivos que a levaram a escolher aquele determinado objeto.

Após a leitura e análise do tema fica claro que o educando precisa sentir que vale a pena ouvir o que você tem a dizer. O processo de ensino-aprendizagem tem sido historicamente caracterizado de formas diferentes que vão desde a ênfase no papel do professor como transmissor de conhecimento, até as concepções atuais que concebem o processo de ensino-aprendizagem com um todo integrado que destaca o papel do educando.

Permitir que a criança brinque é ao mesmo tempo permitir que ela tenha contato mais prolongado com a história do seu povo, pois a brincadeira é um mecanismo social infantil, que proporciona diversas situações, onde a criança aos poucos, internaliza e entende o significado dos gestos, postura e expressões culturais.

Dessa maneira, a prática do profissional deve ser espontânea com desafios por meio de atividades lúdicas, que estimulem as curiosidades de construir novos conceitos educativos, partindo sempre das experiências vividas, tanto de quem ensina quanto de quem aprende. O lúdico funciona como aspectos cativadores da aprendizagem, por possibilitar aos educandos envolvimento mútuos e comunicabilidades na construção de novos saberes.

2 O LÚDICO NO RCNEI E NA BNCC

Sabe-se que as atividades lúdicas aproximam as crianças, tornando-as amigas e socializando-se. O ato de brincar possibilita à criança descobertas, na qual a observação e a interpretação destas atividades dão ao profissional de pedagogia e da psicopedagogia caminhos que o levam à compreensão do educando, e dão à criança oportunidades de compreender as

informações, ampliando seus conhecimentos e suas habilidades, sejam elas motoras, cognitivas ou linguísticas.

O conceito de aprendizagem surgiu das investigações empiristas em Psicologia, ou seja, das investigações levadas a termo com base no pressuposto de que todo conhecimento provém da experiência. Nos dias atuais, não só na área da educação como em outras áreas, pensa-se no indivíduo como um todo. Ensinar é o processo de facilitar que outras pessoas aprendam e cresçam. Não é somente transferir ou transmitir conhecimentos de uma pessoa para a outra, ou apenas comunicar-se. Ensinar é ajudar a criar novos hábitos de pensamentos e ações, é fazer pensar. “Temos que despertar o interesse daqueles a quem se quer ministrar” (Jo. 4:10).

No estado lúdico, o ser humano está inteiro, ou seja, está vivenciando uma experiência que integra sentimento, pensamento e ação, de forma plena. Nessa perspectiva, não há separação entre esses elementos. A vivência se dá nos níveis corporal, emocional, mental e social, de forma integral e integrada. Esta experiência é própria de cada indivíduo, se processa interiormente e de forma peculiar em cada história pessoal. Portanto, só o indivíduo pode expressar se está em estado lúdico. Uma determinada brincadeira pode ser lúdica para uma pessoa e não ser para outra. Na Educação Infantil, há uma série de atividades programadas com o objetivo de estimular a aquisição dos conhecimentos e das habilidades necessárias para o desenvolvimento da criança.

Segundo Piaget, a criança já nasce com as pré-condições neurológicas do conhecimento, mas as condições de fato se dão, por meio de atividades que ele denomina jogos (de exercício, simbólicos e de regras, conforme as idades). Essas atividades serão mais prazerosas se forem consideradas e respeitadas as emoções, os sentimentos e as necessidades da criança no momento em que estão vivenciando as propostas trazidas pelo educador. Entretanto, nas creches, em função das demandas para uma aprendizagem escolarizada precoce, acontece algo que, a meu ver, é preocupante: as atividades propostas têm sido didáticas, em vista do treinamento das habilidades preparatórias para a alfabetização. Pode-se afirmar que a participação em uma atividade lúdica (brincadeira, dança, jogo, desenho, canto) não significa necessariamente que esteja sendo uma vivência lúdica para a criança, ou seja, uma vivência plena, de inteireza e de integração do sentir, do pensar e do agir. Na infância, supõe-se que as atividades lúdicas sempre são plenas, que as crianças vivenciam com inteireza e de forma integrada as atividades que realizam.

Vera Barros de Oliveira (1992) observou e analisou a evolução das manifestações da função semiótica com enfoque em brincadeiras e desenhos, nas crianças de uma creche da cidade de São Paulo, por meio da observação do comportamento interativo, exploratório, lúdico

e gráfico. Em determinada situação, quanto ao desenho, poucas crianças (13 de um total de 48) riscaram no papel e nos objetos, sendo que apenas duas se utilizaram do papel só para riscar. Ela observou que as crianças, com frequência, não olhavam para o desenho enquanto desenhavam, mas para outro lugar. Isso pode ser um indício que elas podem realizar atividades sem estado de plenitude e fora de um estado interno lúdico. Esta observação nos leva a pensar que a criança pode realizar atividades sem, necessariamente, estar vivenciando a proposta de forma prazerosa, em que sua emoção, pensamento e ação estejam sendo acionados de forma integrada, o que expressaria a vivência lúdica. Entretanto, muitas vezes, nós, educadores infantis, não estaremos atentos ao momento presente da criança e propomos atividades que considera-se importantes para seu futuro.

Poder-se-ia dizer que a atividade lúdica é a brincadeira de roda. A ludicidade tem a ver com os estados de inteireza, de plenitude, de prazer com os quais o indivíduo faz contato enquanto brinca de roda. Várias crianças estão na roda, mas a maneira como cada criança experimenta, sente e vivencia internamente essa experiência é individual e pode ser totalmente diferente de uma para outra, donde se pondera que uma mesma atividade lúdica pode propiciar a vivência lúdica para algumas crianças e, para outras, não. Ou seja, em um grupo onde todos realizam a mesma atividade lúdica, algumas crianças podem fazer contato com a ludicidade e outras, não, pois o processo é do indivíduo que vive a experiência e está relacionado com sua história de vida, é uma vivência interior.

O desenvolvimento infantil apresenta, em sua complexidade, inúmeros aspectos a serem considerados: social, emocional, corporal, mental, espiritual. Esses aspectos estão inter-relacionados, contudo, nem sempre se desenvolvem de forma equilibrada, devido, muitas vezes, à ênfase que é dada a determinados aspectos em detrimento de outros.

Segundo Jean Piaget, o desenvolvimento psíquico é comparável ao crescimento orgânico e ambos se orientam em direção ao equilíbrio gradativo, o mesmo acontecendo com a afetividade e as relações sociais. “No entanto, respeitando o dinamismo inerente à realidade espiritual, deve ser ressaltada uma diferença essencial entre a vida do corpo e a do espírito.” (PIAGET, 1972, p. 11) Piaget explica que o equilíbrio do crescimento orgânico é mais estático e uma vez atingido seu pleno desenvolvimento, há uma evolução no sentido contrário. Ou seja, o organismo, depois de alcançar um determinado nível de maturidade, não tem mais como se desenvolver e tende a perder, progressivamente, a sua capacidade, até a velhice. Entretanto, as funções da afetividade e da inteligência superior tendem a um equilíbrio móvel: quanto mais estáveis, maior é a mobilidade, e o fim do crescimento não significa o começo da decadência. Ou seja, quanto mais desenvolvido, maiores possibilidades de mais conquistas.

Os estados sucessivos de equilíbrio são acompanhados da função de interesses constantes e comuns a todas as idades, ou seja, há certo funcionamento que se repete com todas as crianças e propicia a passagem de um nível de conduta para outro mais complexo. Mas esse funcionamento varia de acordo com o conjunto de noções adquiridas e da disponibilidade de cada criança na busca do sentido que cada experiência lhe desperta. Esses mecanismos funcionais são comuns a todos os estágios de desenvolvimento e correspondem a uma necessidade. As atividades que envolvem o jogo, a brincadeira, propostos para crianças num espaço de educação, têm um papel fundamental para o desenvolvimento das suas estruturas cognitivas, físicas e afetivas. E, brincando, a criança assimila a realidade de forma frequentemente prazerosa. Brincando, dá os primeiros passos em direção à socialização, por meio da construção de regras. A partir dessas atividades, a criança exercita e aprimora suas características pessoais, construindo as bases para um desenvolvimento cada vez mais pleno.

Contudo, o educador precisa estar consciente de que, durante as brincadeiras, podem acontecer coisas que dificultam o desenvolvimento da criança, como por exemplo: ser frequentemente desafiada muito além das suas possibilidades, o que pode gerar sentimento de tristeza, de insegurança ou de incapacidade. Também a qualidade da relação com os colegas ou com o educador que pode promover situações com as quais ela tenha sentimento de rejeição, por algum motivo relacionado à sua própria história de vida.

REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

2.1 A ruptura na Educação Infantil: o atendimento direto prioriza a pré-escola

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que alterou a LDB nº 9.394/96, diz que as crianças com 4 anos devem ser matriculadas na pré-escola. Esse fato tornou obrigatória para o Estado a oferta dessa etapa de ensino – já estabelecida pela Constituição Federal e pela LDB, mas ainda não atendida em sua integralidade pelo poder público. Desse modo, o documento legal imprime sua concepção e nesse âmbito inicia um processo de escolarização da Educação Infantil que se substancia a partir da implantação de políticas de avaliação, de currículos unificados, de alfabetização, da Base Curricular Nacional para a Educação Infantil, etc. Verifica-se algo que poderia se denominar de colonização da pré-escola pela escola, de maneira que essa etapa da educação é instada a resolver os problemas cruciais da educação brasileira, como o desempenho escolar deficiente e desigual entre as crianças de diferentes classes sociais, gênero e raças. Além disso, nessa etapa a educação continua a ser vista como um antídoto contra a pobreza. As crianças de 4 anos são incorporadas à educação obrigatória, e as de quatro meses a 3 anos permanecem em espaços educacionais formais e informais, pressionando a demanda por creches.

Pode-se dizer, dessa forma, que se vive outro patamar “civilizatório e modernizante”, no que se refere à incorporação de direitos pela criança pequena. Esta criança que emerge, neste novo padrão jurídico, como sujeito de direitos tem na creche e na pré-escola os espaços para o desenvolvimento de sua ação como sujeito. Como consequência desse estatuto jurídico, não basta só cuidar da criança, mas é preciso educá-la e, mais ainda, é preciso escolarizá-la, no sentido de que ela precisa aprender a ser educando (a), a compreender a cultura da escola e tudo o que acompanha o processo de socialização escolar. A pré-escola, fundamentalmente, não pode mais se ater apenas à sua dimensão de cuidado; por isso pertence agora, necessariamente, à educação, que é quem se responsabiliza pela formação para cidadania. É ela quem educa para a autonomia, para a criticidade e para tudo aquilo que é necessário para a “produção de cidadãos”, sujeitos ativos na composição do que se pode denominar de povo. E esse povo é unificado em língua, raça e sexualidade – vide a proibição do debate de gênero na escola, que necessariamente procura homogeneizar as diferenças e universalizar formas de ser e viver. Em relação à criança de 6 anos, não lhe basta somente ser educada, é preciso ensiná-la a ser cidadã, alfabetizá-la. E essa é uma das funções do Ensino Fundamental.

2.2 A quem interessa a Base Curricular Nacional da Educação Infantil

Sabe-se que aquilo que é/foi considerado como patrimônio cultural da humanidade foi acumulado e integrado como patrimônio mundial, a partir do desterro de forças e saberes locais “menores”, saberes e formas de vidas tomadas como “subalternas”, por vezes consideradas inferiores. A ideia subjacente da BNCC é de que há uma unidade possível na multiplicidade e que ela pode ser realizada sem a utilização da força. Nesse viés, o pensamento tem quase a função do Estado: unificar.

Foucault forjou o termo “biopolítica” para designar uma das modalidades de exercício de poder sobre a vida, vigentes desde o século XVIII. A biopolítica é conjugada como metodologia de ação, cujo objeto é a população, e as crianças são objetos permanentes da biopolítica, pois não há territórios mais fugidios do que os das crianças, e é preciso operar sobre eles. É isto o que se pretende: governar as crianças e promover a gestão pedagógica de suas professoras. Há pesquisadoras da Educação Infantil que acreditavam que o conteúdo da BNCC poderia ser disputado, para que se afirmasse um determinado conteúdo, em particular o lúdico, como prioritário na Educação Infantil. No entanto, as concepções não escolarizadas para a Educação Infantil não têm a mesma força e poder político e econômico da concepção privatista da educação que se alia à escolarização das crianças pequenas, ao mesmo tempo em que não há

nenhuma necessidade de afirmar tal concepção lúdica já presente nas diretrizes curriculares nacionais, em uma BNCC.

A multiplicidade é sempre heterogênea, e o que se fere imediatamente, na tentativa de homogeneização, é a diferença. A presunção do comum esbarra naquilo que não é suportável e não pertencente a todos, isto é, o que é colocado no lugar da diferença. É preciso enfatizar que a perspectiva universal não é dada *a priori*, ela foi produzida como verdade e como valor que se supõe e se arroga como universal. O que se quer dizer é que não há o universal que não se faça por meio de saber/poder, e essa é uma perspectiva construída historicamente.

Na última versão da base curricular proposta pelo Governo Temer em dezembro do ano de 2017, encurtou-se em um ano a exigência para que as crianças dominem “o sistema de escrita alfabética” entre outras coisas. Embora as/os professoras/es continuem a ser polivalentes, a base continua a ser organizada por áreas do conhecimento desde o primeiro ano, para o qual as crianças de 6 anos e até menos foram transferidas tempos atrás. Entre essas áreas agora tem-se “ensino religioso”, por resolução da justiça. Como se propõe a ênfase nos dois primeiros anos sobre a alfabetização, na prática a criança vai passar de uma proposta organizada em campos de experiência para a ação pedagógica que deve ter como foco a alfabetização, o que inclui as quatro operações matemáticas. As pressões sobre a Educação Infantil podem se intensificar mais ainda do que já acontece hoje, agora sobre as crianças de 4 e 5 anos, sem falar naquelas que ainda nem completaram 8 anos.

2.3 Educação Infantil e infância

Nos últimos anos, hoveram alguns avanços em relação aos temas colocados no âmbito da diferença, não sem muita luta e retrocesso. Um dos principais pontos positivos no processo que se pode denominar ascensão da diversidade na cena pública e social foi a abertura à possibilidade de participação de grupos que até então não participavam da cena pública, bem como a pressão que tais grupos exerceram em prol de outros estilos, critérios e políticas na construção de outro Estado. Neste momento de retrocesso do Estado de direito e democrático em que se vive hoje, há um refluxo substancial dessa pauta e da ascensão de todas as formas de fascismos.

Novamente se disputa a identidade nacional, de maneira a colocar a diferença e/ou a diversidade como aberração e desvio e, se possível, aboli-las do espaço público e educacional, como ocorreu, por exemplo, na interdição do debate sobre as relações de gênero que tão contundentemente foi colocada no processo de aprovação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação; na proibição de falas consideradas políticas/ideológicas pelos professores que

agora se apresentam por meio do Projeto de Lei nº 867/2015 e de outros projetos similares que tramitam em diferentes estados e no Distrito Federal; e, por fim, na nefasta proposta ideológica partidária de uma educação sem partido.

A partir do momento em que a Educação Infantil passa a ser considerada nos documentos oficiais que norteiam o ensino no Brasil, em especial o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), se instaura no âmbito educativo a responsabilidade de garantir o direito às crianças, uma educação que promova o desenvolvimento de suas diferentes linguagens e potencialidades.

Se pode notar que na BNCC (2017) a criança é concebida como: “Ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola” (BRASIL, 2017, p. 36).

Deste modo nota-se que a criança enquanto sujeito de direito, brincar conforme suas impressões e interpretações do contexto histórico, familiar dos meios de comunicação que estas têm acesso, de outras situações que a influencie e que fazem parte de sua realidade. Sua conduta no brincar será resultado das vivências, experiências trazidas de casa e dos meios que ela interage e vive (DCNEI, 2010).

A brincadeira é concebida, portanto, como um dos direitos de aprendizagem e de desenvolvimento, ao lado do direito de conviver, participar, explorar, comunicar, conhecer-se. Portanto, é direito da criança segundo a BNCC,

“Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais” (DCNEI, 2010, p. 36).

O RCNEI buscou atender ao que propôs a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) ao estabelecer a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. O mesmo propôs a superação do foco assistencialista dessa etapa da educação e, ainda, a visão de antecipação para etapas posteriores de ensino. Neste sentido, o Referencial indicou uma reflexão aos profissionais da infância e as orientações didáticas para o trabalho com crianças pequenas.

“Os jogos, as brincadeiras, a dança e as práticas esportivas revelam a cultura corporal de cada grupo social, constituindo-se em atividades privilegiadas nas quais o movimento é aprendido e significado, devendo-se respeitar as diferenças de cada criança em suas faixas etárias, assim como as diversas culturas (expressões corporais) de cada região do país”. (BRASIL III; 1998, p. 29).

“No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando” (MEC/SEF, 1998, p. 25).

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer algumas de suas características.

“São as brincadeiras, as ações, as interações e a participação nas práticas sociais que levam as crianças a ter curiosidade sobre temas, práticas, ideias a serem pesquisadas e a constituírem e a constituir seus saberes sobre o mundo” (BRASIL, 2016, p. 60).

Da mesma forma, o RCNEI tem suas diretrizes firmadas nessa concepção: “[...] as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação, articuladas as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, tendo como objetivo orientar as políticas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares” (BRASIL III; 2010, p. 11).

Para sua ampla disseminação essas Diretrizes ganham destaque na publicação de 2010. Nelas o conceito de criança enfatizado aqui reforçam e ampliam o apresentado no RCNEI. De acordo com os DCNEI, a Educação Infantil possui como objetivo o desenvolvimento integral das crianças até 5 anos de idade, no aspecto psicológico, afetivo, intelectual, social e físico em complementação a ação da família e da sociedade.

Nesse momento deve-se assumir o cuidado com a educação, valorizando a aprendizagem para a cultura da vida, valendo-se de atividades lúdicas de aprendizagem (jogos e brincadeiras) formulando propostas pedagógicas onde se considere o currículo conjuntos de experiências onde se articulam saberes e socialização do conhecimento.

No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando.

“Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer algumas de suas características.

Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas estes se encontram, ainda, fragmentados. É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações”. (BRASÍLIA, 1998, p. 27-28).

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, onde se dá ênfase ao campo das experiências corpo, gestos e movimentos.

Por meio dos sentidos, gestos e impulsos do corpo, a criança explora o mundo ao seu redor, estabelece relações, expressa-se, brinca e produz conhecimento sobre si, o outro, o universo social e cultural, tornando-se consciente dessa corporeidade.

“Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.)” (BRASIL, 2010, p. 18).

Em síntese, se percebe na análise da BNCC e do RCNEI que o brincar destaca o relacionamento das crianças com outras, a interação com adultos e também consigo mesma, seja em casa ou na escola. E é função da Instituição da Educação Infantil, enquanto formadora de conhecimentos, ampliar as aprendizagens e conhecimentos das crianças, direcionando as mesmas para o brincar, e todas as atividades propostas pela Instituição da Educação Infantil.

3 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NOS PROCESSO DE ENSINAGEM

Para finalizar o presente estudo foi realizada uma pesquisa revisional no intuito de identificar o que os pesquisadores da área educacional dizem a respeito da importância das atividades lúdicas sobre o processo de aprendizagem. Neste sentido, foram selecionados artigos e livros que abordassem essa temática e a seguir será apresentada uma reflexão discursiva sobre o parecer de diversos autores a respeito do lúdico no processo de ensino.

“Na Educação Infantil os jogos e as brincadeiras assumem um papel facilitador do conhecimento. É no ato de brincar que as crianças utilizam elementos da fantasia e da realidade e começam a distinguir o real do imaginário. Ao brincar, as crianças assumem papéis imitando alguém ou algo conhecido: uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato por um colega ou adulto; cenas assistidas na televisão ou cinema; narrações de um livro ou situações vivenciadas na escola. Brincando as crianças não só desenvolvem a sua imaginação, mas também fecundam afetos, criam conflitos e ansiedades, exploram habilidades; e à medida que assumem papéis, desenvolvem competências cognitivas e interativas”. (CAVALLARI, 2016).

Segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 2008, p. 27): “[...] para brincar é necessário apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade interior vivenciada”

É por meio das brincadeiras, que as crianças criam as suas reais potencialidades, compartilhando as suas vivências, interagindo com o meio físico e social, preparando-se para o futuro, conhecendo o mundo ao seu redor, dentro dos limites que sua condição atual lhes permite. A escola é a principal mediadora desse conhecimento, nela as crianças socializam e assim, consolidam seu sistema cognitivo (BORBA, 2006). “Por meio de jogos e brincadeiras, os professores podem observar e construir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças, em conjunto, ou de cada uma em particular; registrando suas capacidades do uso das linguagens, como também suas capacidades de relacionamento, e ainda dos recursos afetivos e emocionais que dispõem” (RCNEI, 1998, p. 28).

Na prática escolar, o corpo e o movimento estão diretamente ligados ao cotidiano do educador infantil, juntos são fundamentos importantíssimos para a base pedagógica na primeira infância. Pois, a partir dos movimentos psicomotores as crianças desenvolvem habilidades motoras força, equilíbrio, flexibilidade, coordenação fina e lateralidade. Nos movimentos expressivos ritmo, expressão dramática, destreza manual. Nos movimentos comportamentais desinibição, socialização e vivências emocionais. Fonseca (2008, p. 23) complementa esta mesma percepção quando afirma que: “É pelo movimento que a criança integra a relação significativa das primeiras formas de linguagem (simbolismo), [...] sendo que a aquisição da linguagem implica em três condições necessárias: a maturação do sistema nervoso (motricidade) a integração no grupo humano (cultura) e a motivação afetiva (afetividade)”.

A boa estrutura do esquema corporal está diretamente ligada ao número e qualidade de atividades motoras que são realizadas. Por isso é de fundamental importância possibilitar exercícios motores que desenvolvam o esquema corporal da criança, de forma que possa melhorar a sua postura socializando com a aprendizagem cognitiva. Quando a criança toma consciência do próprio corpo apresenta uma melhor atenção perceptiva sobre si mesma.

Para Le Boulch (2007, p. 18): “A etapa do corpo descoberto corresponde à organização do ‘esquema corporal’. Antes deste período este conceito não tem fundamento, na medida em que descreve uma atividade perceptiva cujo desenvolvimento só será possível depois que a função de interiorização atingir a maturação”.

No mesmo aspecto Wallon (1974, p. 9): "Esquema corporal é a consciência do corpo como meio de comunicação consigo mesmo e com o meio. É um elemento básico indispensável para a formação da personalidade da criança. É a representação relativamente global, científica e diferenciada que a criança tem de seu próprio corpo".

As etapas do desenvolvimento, de acordo com Oliveira (2012, p. 107), podem ser percebidas conforme o quadro 2 elaborado por ele:

Quadro 1: Principais conhecimentos e habilidades psicomotoras

Habilidades	Coordenação e Equilíbrio	Esquema corporal	Lateralidade	Estruturação espacial	Estruturação temporal
Até 3 anos	A criança sobe e desce escadas, alternando os pés. Ela é capaz de parar um gesto rápido. Consegue andar por obstáculos.	Conhecimento das partes do corpo: mãos, pés, nariz, cabelos, orelhas, olhos, boca, língua, pernas, cabeça, barriga. A criança representa seu corpo por Le Bonhomme rudimentar.	Não se pode ainda falar em dominância; a criança se utiliza ora da mão ou pé direito ora do esquerdo. Dominância ocular fixa.	Frente, atrás, sobre, sob, dentro, fora, grande, pequeno, no alto, embaixo (em relação a si mesmo)	Agora, depressa, rápido, lentamente, hoje, amanhã, para, espera.
Até 4 anos	A criança pode ficar sobre um pé só durante alguns segundos. Pode saltar a uma distância de 2m e uma altura de 10 cm com o pé dominante.	Dentes, ombros, costas, joelhos, unhas, umbigo, pescoço. 4 anos e meio começam a aparecer um corpo mais correto.	Continua a experimentação dos dois lados do corpo.	Ao lado, longe, em torno de, perto, em redor de, médio, deitar, de pé, redondo, quadrado, pouco, muito, progressão de tamanho.	Noite, dia, mais velho, antes, depois, maior, manhã, tarde, sua idade, reprodução de estrutura rítmicas de 2 ou 3 movimentos.
Até 5 anos	A criança tem condições de executar exercícios simples de dissociação de movimentos. Os exercícios de coordenação global vão poder ser realizados por imitação de forma mais ou menos correta.	Lábios, queixos, peito, bochecha, testa. 5 anos e meio: desenho dinâmico, começam os detalhes das roupas.	Instabilidade no domínio manual.	Em frente, em toda parte, direito, inteiro, retângulo, entrar, sair, voltar.	Estações do ano, sequência lógica do tempo, num nível mais elementar, noções de 1º e último, noções de ordem e sucessão.

Fonte: Oliveira (2002).

De acordo com os estudos feitos apresento algumas sugestões de atividades para desenvolver o esquema corporal e a percepção, utilizando o corpo e suas partes (SILVA, 2007).

1. Tocar partes do corpo e dizer o nome.
2. Aplaudir.
3. Executar tarefas de olhos fechados.
4. Apontar em figuras as partes do corpo.

5. Desenhar o corpo e suas partes.
6. Modelar com argila, areia, massinha e etc.
7. Andar descalço em diversos pisos.
8. Brincar com água.
9. Mobilizar e movimentar várias partes do corpo.
10. Dançar em duplas encostando uma parte do corpo no companheiro, tais como: mãos, pernas, barriga, nariz e etc.

Segundo Moyles (2012, p. 26), existem três formas de brincar na escola, conforme é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2: Tipos de brincadeiras que podem ser utilizados no processo de ensino

TIPO	CARACTERÍSTICAS
Brincar físico	<p>Motor Amplo: construção e destruição: Blocos de montar, argila, areia e madeira.</p> <p>Motor fino: manipulação e coordenação: Blocos de encaixar, instrumentos musicais.</p> <p>Psicomotor: Aventura, movimento criativo, exploração sensorial, brincar com objetos, aparelhos de subir, dançar, modelagem com sucata e mesa de descoberta.</p>
Brincar intelectual:	<p>Linguístico: Comunicação, função, explicação, aquisição, ouvir, contar histórias.</p> <p>Científico: Exploração, investigação, resolução de problemas.</p>
Brincar com água, cozinhar.	<p>Simbólico matemático: Representação faz de conta, minimundos, casa de boneca, casinha, teatros, jogos de números.</p> <p>Criativo: Estética, imaginação, fantasia, realidade e inovação, pintura, desenho, modelagem.</p>
Brincar social:	<p>Emocional: Terapêutico, agressão, regressão, relaxamento, solidão, brincar paralelo, madeira argila, música.</p> <p>Linguístico: Comunicação, interação, cooperação, marionetes, telefones.</p> <p>Repetitivo: Domínio controle; qualquer coisa.</p> <p>Simpatia, sensibilidade: Animais de estimação, outras crianças.</p> <p>Autoconceito: Papéis, emulação, moralidade, etnicidade.</p>

Fonte: Moyles (2012).

A partir dos tipos de brincadeiras mencionados no quadro 2, os professores da Educação Infantil devem organizar situações para que as brincadeiras no ambiente escolar ocorram de maneira criativa e diversificada, proporcionando às crianças possibilidades de escolherem os temas e papéis que desejam assumir, objetos e companheiros que desejam brincar. Ao propor o brincar dirigido no ambiente educacional, o professor pode utilizar jogos de regras e jogos de construção, pois esses tipos de jogos colaboram de forma pessoal e independente, nas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais na vida das crianças (CAVALLARI, 2016).

Os jogos contribuem de maneira expressiva para a aprendizagem da criança, proporcionando o desenvolvimento global, a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade. Por meio dos jogos, as crianças reconhecem as suas potencialidades e aprendem a superar os seus próprios limites. É no ato de jogar que a criança desenvolve o senso de

companheirismo, criatividade, atenção e desenvolve também, o aumento significativo do seu vocabulário e de sua linguagem.

Segundo Carvalho (2013, p. 14): “Desde muito cedo o jogo na vida da criança e de fundamental importância, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, por meio de esforços físicos e mentais. E sem ser coagida pelo um adulto, começa a ter sentimentos de liberdade dando real valor e atenção às atividades vivenciadas naquele instante”.

É necessário que o ambiente escolar infantil, promova situações favoráveis para a aprendizagem das crianças, utilizando jogos e brincadeiras para construir, o aprendizado lúdico de forma que esse aprendizado contribua não só para a prevenção de problemas motores, de socialização e aquisição na linguagem, mas que promova também a facilitação do conhecimento e desenvolvimento psicomotor de cada uma delas (KRAMER, 2016).

Para trabalhar com jogos em sala é necessário que o profissional da Educação Infantil conheça cada tipo de jogo e suas potencialidades. Por isso Piaget (1968, p. 145) classificou as três fases dos jogos sendo elas: jogos de exercícios motores, jogos simbólicos, jogos de faz de conta e jogos de regras.

- Jogos de exercícios motores: Esses exercícios consistem em repetição de gestos e movimentos simples como; agitar os braços, sacudir objetos, imitar sons, caminhar, pular, correr e etc.
- Jogos simbólicos: A função desse tipo de atividade lúdica consiste em satisfazer o “eu” por meio de uma transformação real em função dos desejos, ou seja, tem como função identificar o jogo com a realidade.
- Jogos de faz de conta: Possibilita a realização de sonhos e fantasias, possibilitando a revelação de conflitos, medos e angústias, aliviando tensões e frustrações.
- Jogos com regras: Os jogos com regras são classificados como exercícios sensório-motores, como por exemplo: futebol, xadrez. O que caracteriza o jogo com regras e a existência de um conjunto de leis composto pelo grupo, sendo que o descumprimento é normalmente penalizado e estimula uma forte competição entre os indivíduos.

A escola deve ser um ambiente que valorize o mundo infantil, oferecendo à criança a possibilidade de descobrir e vivenciar o espaço que a cercam, por meio de jogos e brincadeiras infantis, com movimentos e criatividade. Não pode ser um ambiente “chato” e cansativo. Deve ser um lugar de aprendizagem, vivências e descobertas. Um local onde os educandos sejam mais importantes que os conteúdos.

A sala de aula deve ser um ambiente mágico, cheio de sabedoria e aprendizagem, por meio da música, da dança, dos jogos, das brincadeiras, das histórias, da arte, da expressão dramática e dos conhecimentos vivenciados pelo educando e pelo professor. Enfim, a escola deve ser um ambiente favorável a ludicidade, para que por meio dela, as crianças aprendam de

forma dinâmica as aprendizagens necessárias para sua vida social fora e dentro da escola (NOVAIS, 2010).

Para Lampierre (2008, p. 63) “o papel do educador é de propor objetivos, materiais, sons, temas gerais de pesquisas, deixar as crianças explorarem sozinhas todos esses elementos, e saber esperar que, nas suas buscas, elas tenham necessidade dele”.

Entretanto, para que a educação lúdica e psicomotora faça parte do cotidiano escolar, é necessário que o professor conheça a fundo os instrumentos lúdicos para que possam colocá-los em prática, e fazer com que a educação psicomotora seja válida a cada minuto que esses instrumentos forem utilizados.

Assim, é necessário nos abirmos para novas perspectivas educacionais, utilizando a ludicidade como elementos psicomotores para aprimorar nossa prática educacional.

CONCLUSÃO

O jogo, o brinquedo e a brincadeira têm sido utilizados como meio que possibilita o desenvolvimento e a aprendizagem nas Instituições de Educação Infantil em (crianças na faixa etária de 0 a 5 anos).

Atualmente, não existe uma teoria do jogo aceita universalmente na totalidade, bem como um consenso geral sobre o conceito de jogo, brinquedo e brincadeira, muito embora haja significados básicos aceitos pela maioria dos pesquisadores. Um aspecto aceito por muitos autores é que tanto o jogo, como a brincadeira e o brinquedo além de fazerem parte da cultura de um povo propiciam o desenvolvimento da criança, de forma livre e prazerosa pois, por meio desses instrumentos a criança aprende, brincando.

No Brasil, o jogo, o brinquedo e a brincadeira começaram a ser encarados como coisa séria nos últimos 30 anos, porém muitas pessoas ainda não atribuem o valor real a eles, em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento global infantil que eles propiciam.

O brinquedo, o jogo e a brincadeira, poderão proporcionar uma maior rapidez no seu desenvolvimento propriamente dito, além de um avanço nas suas capacidades e habilidades, entre elas a criatividade tão necessária na formação de adultos colocados num mundo de muita competitividade, onde um dos objetivos finais é a própria sobrevivência. Também no processo de desenvolvimento infantil, ressalta-se a importância da existência da mediação exercida por um adulto ou criança com mais idade, no tocante a aprendizagem e ao desenvolvimento da socialização e da afetividade.

Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras, além de proporcionarem o desenvolvimento infantil, propiciam a preservação da cultura de uma determinada região e favorecem a

socialização, inclusive por meio das regras criadas, aceitas e vividas que funcionam como um exercício à interação necessária com o mundo social.

Conclui-se que a criança se movimenta e cria, desde os seus primeiros momentos de vida; tais construções simbólicas se fazem também por meio da atividade do brincar, quando os aspectos intelectuais e afetivos são desenvolvidos. Além disto, é por meio da brincadeira, dos jogos ou dos brinquedos que é proporcionado à criança, o direito de um crescimento harmonioso, livre e feliz.

Por meio do jogo, a criança amadurece e por meio da fabricação de jogos direcionados aos estágios de desenvolvimento, ela pode se desenvolver livremente no contexto escola e social. O jogo tem um papel fundamental, que precisa ser aproveitado num trabalho pedagógico e psicopedagógico e integrado com outras áreas de desenvolvimento e aprendizagem.

De mesmo modo, o lúdico pode ser visto como um instrumento capaz de estimular as crianças a situações favoráveis à aprendizagem. Como também pode ser entendido como forma de expressão, de domínios espontâneos e envolventes. Para as crianças, as atividades lúdicas é muito mais do que um simples ato de brincar, é por meio dessas atividades que as crianças se comunicam e se expressam com o mundo.

Por fim, para o pedagogo e o psicopedagogo, proporcionar o lúdico por meio da brincadeira e do jogo, é uma fonte de dados para compreender melhor como se dá o desenvolvimento do educando e quais as suas dificuldades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **O jogo e a Educação Infantil: Fala e dizer/ olhar e ver/ escutar e ouvir.** Vozes: Petrópolis, 2003.

BASSEDAS, E. et al. **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico.** 3. Ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996.

BOSSA, N. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** Porto Alegre: Artes Medicas, 2000.

BRASIL. (2010). Ministério da Educação. *Documento final CONAE*. Acesso em 16/05/2021. http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf - Acesso em 15/05/2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998a. v.1. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rnei_vol1.pdf - Acesso em 16/05/2021.

FERMINO, Fernandes Sisto; BORUCHOVITH, Evely, DIEHL, Tolaine Lucila Fin. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico.** Petrópolis, RJ: Vozes. In: FELDEMANN, Juliane. A importância do Psicopedagogo, 2011. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com/resumo_artigo_24_sobre_a_importancia_do_psicopedagogo>. Acesso em: 08 Jun. 2019.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

FREITAS, Cacilda. **A utilização do lúdico no diagnostico psicopedagógico**, 2009. Disponível em:

HENRIQUES, A. C. (2015). **Educação Infantil**: retrato de uma rede municipal de ensino. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000400182 - Acesso em 15/05/2021.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a Educação Infantil**. In: . (Org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1999., p. 13-43. https://www.phomonta.com.br/papel-brincadeiras-desenvolvimento-infantil?gclid=CjwKCAjwhYOFBhBkEiwASF3KGRNk2yFhhG__w1NXJlg6wcUTTIPSUQnnISljujevZCFr0f8t67sBTRoCQsgQAvD_BwE – Acesso em 15/05/2021.

LEI nº 10.639. (2003, 9 de janeiro). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-ndeg-10639-de-9-de-janeiro-de-2003-historia-e-cultura-afro-brasileira> - Acesso em 12/05/2021.

LEI nº 9.394. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> - Acesso em 14/05/2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese**. In: LUCKESI, Cipriano Carlos (org.) Ludopedagogia – Ensaios 1: Educação e Ludicidade. Salvador: Gepel, 2000.

MACEDO, E. (2012, setembro/dezembro). **Currículo e conhecimento**: aproximações entre educação e ensino. *Cadernos de Pesquisa*. 42 (147), 716-737 2012. http://www.cdn.ueg.br/arquivos/desenvolvimento_curricular_134/conteudoN/2673/Curriculo_e_conhecimento_-_aproximacoes_entre_educacao_e_ensino.pdf - Acesso em 15/05/2021.

MAURICIO, Juliana Tavares. **Aprender Brincando: O Lúdico na Aprendizagem**, 2011. Disponível em: <[HTTP://www.profala.com/arteducesp140.htm](http://www.profala.com/arteducesp140.htm)>. Acesso em: 21 de Jun. 2019.

OLIVEIRA, ML., org. **(Im)pertinências da educação**: o trabalho educativo em pesquisa [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 193, p. ISBN 978-85-7983-022-8.

PELBART, p. (2016). **Carta aberta aos que ocupam escolas**. <http://outraspalavras.net/brasil/pelbart-tudo-o-que-muda-com-os-secundaristas/> - Acesso em 16/05/2021.

RESOLUÇÃO nº 5. (2009, 17 de dezembro). **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf - Acesso em 12/05/2021.

RIBEIRO, Sabrina Luiza. **Processo Ensino – Aprendizagem: do Conceito à análise do atual Processo**. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/37.htm>

RODRIGUES, T. C., & Abramowicz, A. (2013, março). **O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação**. *Educ. Pesqui.*, 39(1),15 30.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022013000100002&lng=en&nrm=iso> - Acesso em 15/05/2021.

RUBISTEIN, E. **A especificidade do diagnóstico psicopedagógico**. In: SISTO, F. et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Maria Angélica Bernardes. **Psicopedagogia – um olhar diferente sobre a aprendizagem e a dificuldade de aprendizagem**, 2010. Disponível em: <<http://espaopsicopedagogico.blogspot.com/2010/01que-e-psicopedagogia.html>> Acesso em 27 Jun. 2019.

VANDENBROECK, M. (2009, novembro). **Va-se discordar (Tatiane Cosentino Rodrigues, trad.)**. *Revista Eletrônica de Educação*, 3(2), 13-22. Retirado em 8 de julho de 2017, de <http://www.reveduc.ufscar.br> – Acesso em 14/05/2021.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na Pré-escola**. São Paulo: Cortez, 1995.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Rio de Janeiro: Ed. Andes, 1973; 298p.

Enviado em: 06/12/2021.

Aceito em: 09/12/2021 (Artigo pré-aprovado nas bancas de TCC da UEG UAB 2021/1).

